



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA – SP

Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), constituída pela Resolução nº 618/2021, com o objetivo de articular e sugerir ações preventivas diante da pandemia instaurada; agregar conhecimento; colaborar com e acompanhar as medidas de controle à propagação da covid-19 adotada em esfera municipal por seus membros, os Vereadores Donizete da Farmácia - presidente, Carlinho Petrópolis Farmácia - como vice-presidente, Daniel Bassi - relator, e os Vereadores Marcelo Tidy, Gilson Pelizaro, Lurdinha Granzotte e Zezinho Cabeleireiro como membros, nomeados pelo Ato da Mesa nº 03, de 16 de abril de 2021, vêm nos termos do artigo 102-A, do Capítulo IV - "Das Frentes Parlamentares", Título IV - Das comissões e das Frentes Parlamentares" do Regimento Interno desta Casa - Resolução nº 560/2016, apresentar o presente.

RELATÓRIO CONCLUSIVO

1. INTRODUÇÃO: CRIAÇÃO E OBJETIVOS DA FRENTE PARLAMENTAR

A pandemia causada pelo coronavírus atingiu em cheio diversos setores da sociedade. A Câmara Municipal de Franca não ficou alheia ao enfrentamento da Covid-19, aprovando leis e propondo medidas para conter o avanço da doença. Uma das ações para acompanhar os estágios da pandemia foi a criação da Frente Parlamentar de enfrentamento a pandemia do COVID-19.

A Frente Parlamentar de enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19) criada através da Resolução nº 618, de 13 de abril de 2021, teve como escopo articular e sugerir ações com fim preventivo diante da pandemia instaurada e propor ações, as quais visam colaborar e acompanhar as medidas preventivas e de reforço de controle à infecção e a propagação da



COVID-19 adotadas em nível municipal, por seus membros, os Vereadores Donizete da Farmácia - presidente, Carlinho Petrópolis Farmácia - como vice-presidente, Daniel Bassi - relator, e os Vereadores Marcelo Tidy, Gilson Pelizaro, Lurdinha Granzotte e Zezinho Cabeleireiro como membros.

O Ato da Presidência nº 03, de 16 de abril de 2021, que nomeou a Comissão de Vereadores, bem como a referida Resolução foram devidamente publicados no Diário Oficial do Município em 20 de abril de 2021.

2. HISTÓRICO DA FRENTE PARLAMENTAR

Na sessão ordinária do dia 13 de abril de 2021, foi votado o Projeto de Resolução nº 13/2021, de autoria coletiva e idealizado pelo Vereador Donizete da Farmácia (MDB), que instituiu a Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Coronavírus. A comissão foi composta por três parlamentares, sendo o vereador Donizete da Farmácia (MDB), o presidente; Carlinho Petrópolis Farmácia (PL), o vice-presidente e Daniel Bassi (PSDB), o relator, como membros da comissão, foram designados os Vereadores Marcelo Tidy (DEM), Gilson Pelizaro (PT), Lurdinha Granzotte (PSL) e Zezinho Cabeleireiro (PP). A primeira reunião do grupo ficou marcada para sexta-feira, dia 16 de abril.

2.1 PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA FRENTE PARLAMENTAR NO COMBATE À COVID-19

A Frente Parlamentar de enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19) realizou sua primeira reunião entre os membros e servidores na manhã do dia 16 de abril de 2021.

Todos os vereadores participantes da frente estavam presentes: o presidente, Donizete da Farmácia (MDB); o vice-presidente, Carlinho Petrópolis Farmácia (PL); o relator, Daniel Bassi (PSDB), e os membros Marcelo Tidy (DEM), Gilson Pelizaro (PT), Lurdinha Granzotte (PSL) e Zezinho Cabeleireiro (PP). Também compareceu o líder do prefeito Alexandre Ferreira (MDB) na Câmara, o parlamentar Ilton Ferreira (PL),



representando o Executivo. Antes de iniciar a reunião, Donizete pediu união a todos, independentemente de partidos ou ideologias para que a frente pudesse atingir suas metas.

Durante o encontro, diversas sugestões e linhas de ação foram apresentadas. Destacando-se a cobrança por um melhor sistema de atendimento dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) da nossa cidade; a distribuição por entidades de alimentos doados pela população; a solicitação de alimentos a supermercados de Franca para serem distribuídos à comunidade mais carente.

Duas propostas despertaram um grande interesse entre os presentes. Uma delas foi a possibilidade de criação de uma frente de trabalho municipal que contrataria desempregados da cidade para realizar serviços como a limpeza de terrenos. A iniciativa daria sustento e dignidade a pessoas que têm passado dificuldades durante a pandemia e também resolveria problemas comuns da cidade como a proliferação de animais peçonhentos em matagais. Outra seria a elaboração pelo Poder Executivo de um novo programa REFIS (Programa de Regularização Fiscal de Franca), referente à anistia e/ou parcelamento de dívidas de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), já que durante a crise da covid-19 muitas pessoas têm deixado de pagar contas e se tornado inadimplentes. Todas as sugestões foram encaminhadas às autoridades competentes.

Outro tópico importante da reunião foi a vacinação. Os vereadores apresentaram a necessidade de maior controle no processo de aplicação da vacina, no sentido de que a própria população deveria estar atenta aos detalhes durante a imunização, já que os profissionais trabalhando exaustivamente, estariam sujeitos a erros. Situação que também levantou discussão foi a preocupação com as pessoas que perderam o prazo para tomar a segunda dose.

A frente dedicou-se a esclarecer qual seria o protocolo adequado a ser cumprido em relação à sobra técnica dos imunizantes, bem como levantaram a possibilidade de seguir protocolo de vacinação adotado em Ribeirão Preto, que consistia na imunização da população de acordo com a letra de seus nomes, em ordem alfabética.



Constatou-se nessa reunião, através de documento apresentado pelo vereador Ilton Ferreira que até a presente data, 12,27% da população francana já havia recebido a primeira dose.

E por fim, diante da relevância do assunto, os vereadores definiram que as reuniões da frente seriam semanais, ficando agendado o próximo encontro para o dia 22 de abril, no período da tarde, no Fórum da Cidadania (Plenarinho) da Câmara de Franca.

2.2 MEMBROS DA FRENTE EM VISITA À ARARAQUARA EM BUSCA DE NOVAS ESTRATÉGIAS PARA O COMBATE À COVID-19

No dia 19 de abril, uma comitiva de vereadores viajou para a cidade de Araraquara (SP) a fim de discutir estratégias de combate ao vírus que pudessem ser aplicadas em Franca. As medidas adotadas pelo município localizado a 176 km de Franca foram consideradas, a nível nacional, um exemplo de prevenção à covid-19. O grupo foi composto pelo presidente da Frente, Donizete da Farmácia (MDB) e os membros Marcelo Tidy (DEM), Gilson Pelizaro (PT) e Zezinho Cabeleireiro (PP).

As medidas de combate ao coronavírus foram apresentadas aos parlamentares pela Coordenadora Executiva da Atenção Básica de Araraquara, a médica Thalita Martins, quem explicou as diversas medidas em prática na cidade para combate ao coronavírus, destacando entre elas, a instalação de barreiras sanitárias nas principais entradas da cidade, que impediam a entrada de indivíduos contaminados pelo vírus; a contratação de 80 auxiliares de enfermagem; convênio com a Unesp (Universidade Estadual Paulista) para testagem, o que derrubou a fila de espera por testes e resultados para zero; testagens aleatórias nas ruas da cidade, na indústria e no comércio; opção para infectados cumprirem quarentena em um hotel e atendimento à família de pessoas que testaram positivo para a covid-19.

O Presidente da Frente, animado, comentou sobre a visita proveitosa de Araraquara e sobre as medidas adotadas por este município, as quais foram prontamente repassadas ao prefeito Alexandre Ferreira,



responsável por analisar a conveniência ou não da implantação destas em Franca.

2.3 FRENTE CONTRA COVID APOIA MÁSCARA DE MERGULHO PARA EVITAR INTUBAÇÕES

No dia 22 de abril, período da tarde, na Câmara Municipal de Franca estiverem presentes o presidente, Donizete da Farmácia (MDB); o vice-presidente, Carlinho Petrópolis Farmácia (PL); o relator, Daniel Bassi (PSDB), e os membros Marcelo Tidy (DEM), Gilson Pelizaro (PT) e Lurdinha Granzotte (PSL), para mais uma reunião da Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19).

Também compareceram ao encontro o engenheiro Luciano Patrocínio e as técnicas de enfermagem da Prefeitura Marisol Silvério e Fernanda Silva. Eles apresentaram aos parlamentares a possibilidade de Franca adotar o uso de máscaras de mergulho "full face" (rosto inteiro) para o combate à covid-19. Todos os membros da frente endossaram a ideia.

A entidade de voluntários da qual Luciano faz parte, Ajudar Sempre Sem Fronteiras (www.ajudarsempresemfronteiras.com.br) é a responsável por transformar os equipamentos em máscaras VNI (Ventilação Não Invasiva). Elas diminuem a necessidade de intubação em 50% dos pacientes internados com covid-19, pois facilitam a entrada de oxigênio nos pulmões. A sedação não é necessária para seu uso.

Luciano se comprometeu a fornecer máscaras para a rede pública de Franca gratuitamente. Para finalizar a transação, os vereadores marcaram uma reunião no dia 23 de abril, no período da manhã, com o prefeito Alexandre Ferreira (MDB) para apresentar as máscaras "full face".

2.4 FRENTE CONTRA COVID DA CÂMARA VAI PARTICIPAR DE SINDICÂNCIA DE "FURA-FILAS"

Com o surgimento das denúncias de que muitas pessoas estavam recebendo doses de imunizantes contra o coronavírus sem pertencer a



nenhum dos grupos prioritários do programa de vacinação, como idosos e profissionais de saúde, foi instaurada uma sindicância interna na Prefeitura (27 de abril), além de inquérito policial para investigar a suspeita dos supostos “fura-filas”.

O Decreto nº 11.252, de 27 de abril de 2021, que determina máxima transparência na apuração dos fatos relacionados à aplicação das doses diárias, sobras técnicas e outros fatos conexos, oficiou esta Frente Parlamentar, conforme análise de conveniência desta, para que fosse indicado um de seus membros para acompanhar os trabalhos da sindicância, sendo o vereador Gilson Pelizaro o membro designado pelo presidente da frente, Donizete da Farmácia, para tal mister (Ofício Público 71/2021).

No dia 28 de abril, no período da manhã, esta frente se reuniu no Fórum da Cidadania (Plenarinho) da Câmara Municipal de Franca, estando presentes todos os vereadores participantes da comissão: o presidente, Donizete da Farmácia (MDB); o vice-presidente, Carlinho Petrópolis Farmácia (PL); o relator, Daniel Bassi (PSDB), e os membros Marcelo Tidy (DEM), Gilson Pelizaro (PT), Lurdinha Granzotte (PSL) e Zezinho Cabeleireiro (PP), além de servidores municipais e membros da imprensa.

O principal tópico debatido na reunião foi a respeito dos supostos “fura-filas” na vacinação contra a covid-19 na cidade. Compareceu a esta reunião mediante convite desta frente o Secretário Municipal de Saúde, Lucas Souza, para debater o problema e esclarecer sobre as orientações emitidas pelo chefe da pasta.

Lucas esclareceu que o prefeito Alexandre Ferreira abriu uma sindicância no dia 27 de abril, para verificar as denúncias, e que o chefe do Poder Executivo queria uma apuração rápida, garantindo, se necessário, a punição dos responsáveis. Quanto à questão das sobras de vacina nos frascos (xepa), a orientação era imunizar apenas idosos e profissionais da saúde.

Outras questões foram discutidas, como demora na fila para vacinação, importância da identificação com crachá dos servidores que trabalham na imunização, convocação de mais profissionais da saúde,



aumentar os locais de vacinação e melhorar a transparência do processo de vacinação.

Os vereadores fizeram várias perguntas ao secretário de saúde, que as respondeu com clareza, e propuseram sugestões para aprimorar o processo. Lucas explicou a dificuldade para organizar os locais de vacinação, já que devem cumprir o protocolo de que não se pode misturar grupos a serem vacinados (idade, 1ª e 2ª doses, COVID com H1N1), nem aplicar imunizantes para outras doenças no mesmo local reservado para a imunização contra covid-19. Quanto à sugestão do cadastro prévio, o secretário explicou que existiria privilégio àqueles que receberiam a informação em primeiro momento, os quais seriam os primeiros a realizarem o cadastro antecipado. Além disso, ponderou que ações que excluem certos grupos populacionais, não poderiam ser implantadas, já que os moradores de rua e pessoas desprovidas de equipamentos para efetivarem o cadastro acabariam sendo excluídas. "Tem que dar condição de igualdade para todas as pessoas."

Sobre a questão de ampliar os pontos de vacinação, a Prefeitura encontrava-se limitada para tal, pois seriam necessários mais funcionários para serem alocados nessas novas tendas e a prefeitura já estava desfalcada de servidores da saúde.

O secretário ainda explicou a situação ocorrida nos dois episódios em que estagiárias aplicaram a vacina incorretamente. Lucas relatou que diante da carência de profissionais e do trabalho exaustivo a que estavam sendo submetidas as equipes da vacinação, a prefeitura requisitou auxílio aos estagiários para agilizar o processo de imunização. Todos os estagiários haviam sido previamente instruídos e estavam aptos a participarem na aplicação das vacinas. Contudo, Lucas ponderou que o ser humano está sujeito à falha, neste caso, justificada em função do estresse a que estavam submetidos. Acrescentou que os estagiários precisam participar para aprenderem a aplicação na prática e, nestes dois casos, não houve má fé. Além disso, destacou a importância dos estagiários no processo de imunização, uma vez que contribuíram significativamente para agilizar o andamento da vacinação e devemos ser



gratos a isto. Diante do incidente, o secretário e a equipe da vacinação reuniram-se com as instituições de ensino para orientá-los a redobrar a atenção na imunização da população.

Lucas também relatou que a Prefeitura havia convocado 45 profissionais da saúde aprovados em concursos para cargos efetivos e substitutos para trabalhar, cujo intuito era promover um melhor atendimento no sistema municipal de saúde.

No que diz respeito à questão dos frascos, cujo conteúdo estava abaixo do número de doses declaradas, Lucas alegou ser um problema enfrentado em todo o país e que caberia aos profissionais informarem ao governo quando tal situação ocorresse.

2.5 INCONSISTÊNCIAS NA VACINAÇÃO

Acompanhando a sindicância da Prefeitura, cujo intuito era apurar os supostos “fura-filas” da vacinação contra covid-19, a Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Coronavírus da Câmara Municipal de Franca detectou incongruências no processo de imunização, solicitando à administração uma lista nominal de todas as pessoas que receberam as doses do imunizante para prosseguir com as análises.

No dia 29 de abril, houve uma reunião da sindicância, estando presente o vereador Gilson Pelizaro (PT), indicado para representar esta Frente Parlamentar nas investigações do Poder Executivo. Também estavam presentes servidores municipais e representantes do Observatório Social de Franca.

Durante o encontro, foram relatados alguns problemas no cadastro dos vacinados. Por exemplo, a classificação de profissionais da saúde com mais de 60 anos como idosos, situação decorrente do uso do protocolo de imunização contra a influenza (gripe) para a vacinação contra covid-19. A auditoria também confirmou a vacinação de jovens de apenas 17 anos, o que não é recomendado pela bula do imunizante, visto que ainda não foram realizados testes com esta faixa etária. Há ainda casos de servidores da educação que receberam a vacina, desrespeitando o



cronograma do governo estadual e até mesmo pessoas imunizadas que não são nem idosas e nem profissionais da saúde ou educação.

Gilson apresentou aos demais membros da Frente algumas inconsistências detectadas na lista que deveriam ser averiguadas. Com relação à xepa (sobra de doses em frascos abertos, que precisam ser aplicadas em poucas horas para não perderem a eficácia), o Vereador levantou a possibilidade de grande descuido em virtude do não cumprimento das normas técnicas para a sua aplicação, o que ocasionou benefícios a pessoas que ainda não tinham direito a serem imunizadas.

2.6 REUNIÃO PARA APRESENTAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS NA SINDICÂNCIA DA PREFEITURA NO DIA 29 DE ABRIL SOBRE A VACINAÇÃO

Na manhã do dia 03 de maio, foi realizada a quarta reunião da Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Coronavírus da Câmara Municipal de Franca, para apresentação dos dados obtidos na sindicância da Prefeitura.

Quase todos os vereadores participantes da comissão estavam presentes: o presidente, Donizete da Farmácia (MDB); o vice-presidente, Carlinho Petrópolis Farmácia (PL); o relator, Daniel Bassi (PSDB); e os membros Marcelo Tidy (DEM), Gilson Pelizaro (PT) e Lurdinha Granzotte (PSL). Também compareceram membros da imprensa, servidores municipais e o presidente da Udecif (União de Defesa da Cidadania de Franca), Sidney Elias.

Gilson abriu o encontro ressaltando não ter encontrado nenhuma dificuldade na obtenção dos esclarecimentos, enfatizando a transparência nos trabalhos da sindicância. Na sequência, resumiu as constatações feitas pela sindicância da Prefeitura com relação ao caso dos "fura-filas". O parlamentar, designado para acompanhar as investigações, apontou diversas inconsistências e constatou a seriedade da situação, alegando fortes indícios da existência dos fura-filas. Diante do ocorrido os membros da frente solicitaram a lista completa das pessoas vacinadas para averiguarem tais inconsistências.



Entre as falhas da vacinação, pode-se citar a classificação de profissionais da saúde com mais de 60 anos como idosos (inconsistência gerada pela utilização do protocolo da vacinação contra influenza para COVID); menores de idade tomando a vacina, o que não é recomendado pela bula do imunizante; servidores da educação imunizados antecipadamente, desrespeitando o cronograma; e até mesmo pessoas vacinadas que não são nem idosas e nem profissionais da saúde ou educação.

Gilson ainda solicitou, via requerimento, informações sobre a xepa (sobra de doses em frascos abertos, que precisam ser aplicadas em poucas horas antes de perderem a eficácia), mais especificamente, a partir de quando foi adotado o protocolo correto de distribuição das doses, liberadas apenas para idosos ou trabalhadores da saúde. Na oportunidade, Pelizaro (PT) recomendou que a Prefeitura transformasse duas UBS (Unidades Básicas de Saúde) em centros de testagem de covid-19.

Outras sugestões foram propostas pelos demais membros da comissão. A parlamentar Lurdinha Granzotte (PSL) solicitou mais atenção aos profissionais de saúde do Pronto-Socorro Municipal "Álvaro Azzuz", inclusive com mais testagens entre eles. Tidy pleiteou mais materiais para testes no mesmo centro de saúde. Bassi reivindicou a instalação de banheiros químicos nos locais de vacinação. Donizete informou que os testes com as máscaras de mergulho "full face" foram realizados no sábado, dia 1º de maio, e que iria verificar quais foram os resultados.

Ao término da audiência, os vereadores decidiram por unanimidade que realizariam visitas-surpresa a diversos locais de vacinação, bem como o "Álvaro Azzuz", hospitais e laboratórios, com o intuito de fiscalizar o andamento do processo.

2.7 FRENTE REALIZA VISITA-SURPRESA NO POLIESPORTIVO

A Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Coronavírus da Câmara Municipal de Franca realizou uma visita-surpresa, na manhã do dia 05 de maio, no posto de vacinação contra a covid-19 localizado no Complexo Poliesportivo.



Participaram da ação fiscalizatória os vereadores Donizete da Farmácia (MDB), presidente, e Lurdinha Granzotte (PSL) e Marcelo Tidy (DEM), membros da comissão.

A principal preocupação da frente era se a aplicação das doses estava sendo feita corretamente. Durante a visita, os parlamentares constataram que todo o protocolo estava sendo estritamente cumprido; a vacina sendo retirada diretamente da ampola e os profissionais mostrando o volume (ml) que havia na seringa e o instrumento vazio ao final da aplicação.

Conforme Donizete (MDB), o procedimento de imunização realizado pela Prefeitura demonstrou-se extremamente satisfatório. O vereador ainda enfatizou sobre a importância em reconhecermos o trabalho dos servidores da saúde, os quais estão trabalhando sob muita tensão, além de estarem sujeitos a contraírem a doença e levá-la para suas casas. Na visita constatou-se organização, responsabilidade e amor no trabalho desempenhado por estes profissionais.

2.8 FRENTE RECEBE A LISTA COMPLETA COM OS NOMES DOS VACINADOS

A Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Coronavírus da Câmara Municipal de Franca recebeu, no dia 05 de maio, a relação com os nomes completos das mais de 50 mil pessoas vacinadas na cidade. Uma reunião rápida foi realizada com os vereadores, ainda na tarde desse mesmo dia, para definir os próximos passos.

Estiveram presentes: o presidente, Donizete da Farmácia (MDB); o relator, Daniel Bassi (PSDB); e os membros Marcelo Tidy (DEM), Gilson Pelizaro (PT) e Lurdinha Granzotte (PSL).

Neste encontro foi definido que a análise do material recebido da Prefeitura seria realizada por três vereadores (Donizete, Tidy e Pelizaro) e três analistas legislativos da Câmara. A investigação correu sob sigilo absoluto para evitar que pessoas imunizadas legitimamente fossem julgadas e criticadas pela sociedade. A proposta foi avaliar a lista de forma a apurar se houve ou não os "fura-filas", trabalho



minucioso, sério e de grande responsabilidade e, na confirmação de irregularidades, todos os dados e documentos obtidos deveriam ser encaminhados aos órgãos competentes para investigação e punição dos responsáveis.

2.9 FRENTE PARLAMENTAR DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS DA CÂMARA INICIA AUDITORIA DA LISTA DE VACINADOS

No dia 06 de maio de 2021, a Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Coronavírus da Câmara Municipal de Franca realizou uma nova reunião, com o objetivo de conhecer a análise preliminar da lista contendo os nomes completos dos vacinados contra a covid-19 na cidade. Estavam presentes na reunião os vereadores Donizete da Farmácia (MDB), presidente da comissão; e os membros Gilson Pelizaro (PT), Lurdinha Granzotte (PSL), Marcelo Tidy (DEM) e Zezinho Cabeleireiro (PP), além de servidores da Casa.

A lista foi entregue ao grupo no dia 05 de maio de 2021, pela Prefeitura. O arquivo disponibilizado conta com o nome completo, data de nascimento, sexo, raça, filiação, CPF, endereço completo e telefones para contato, além das informações sobre a aplicação da vacina, como a dose, grupo, data, local, responsável pela imunização e lote do imunizante das pessoas que receberam a primeira e segunda doses no período de janeiro a 30 de abril do corrente ano.

As explicações sobre a auditoria inicial da lista ficaram a cargo do técnico de manutenção em hardware Guilherme Ferreira, que selecionou os dados mais importantes da lista e tabulou em uma planilha os mais de 50 mil nomes de imunizados.

O trabalho de analisar minuciosamente o material, nome a nome e página a página, foi realizado por três vereadores (Donizete, Tidy e Pelizaro), três analistas legislativos e dois técnicos de manutenção em hardware (sendo um deles Guilherme). Ficou acertado que o grupo de oito pessoas se reuniriam após a obtenção do relatório final da sindicância desenvolvida pela Prefeitura.



Ficou decidido também que após essa análise preliminar a Frente Parlamentar se reuniria novamente para planejar quais medidas deveriam ser tomadas de acordo com as informações apuradas.

O presidente da Frente Parlamentar garantiu o sigilo absoluto na realização do trabalho, de forma a atender legislações federais que impedem a divulgação integral dos nomes. Além disso, a comissão deveria preservar que munícipes legitimamente imunizados fossem expostos e criticados estando dentro de seus direitos.

Foi discutido entre os presentes a possibilidade de ter ocorrido falhas no sistema de cadastro das pessoas vacinadas, sendo o sistema alimentado com dados indevidos gerando inconsistências de informações.

2.10 FRENTE CONTRA COVID USARÁ RELATÓRIO DA SINDICÂNCIA PARA AUDITORIA INDEPENDENTE

No dia 07 de maio de 2021, a Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Coronavírus da Câmara Municipal de Franca se reuniu para analisar o relatório prévio da sindicância municipal (em anexo) que investiga pessoas que furaram a fila da vacinação contra a covid-19.

Estavam presentes os vereadores Donizete da Farmácia (MDB), presidente da comissão; o vice-presidente, Carlinho Petrópolis Farmácia (PL); e os membros Gilson Pelizaro (PT), Marcelo Tidy (DEM) e Zezinho Cabeleireiro (PP), além de servidores da Casa.

No encontro, os parlamentares debateram as informações contidas no relatório da Prefeitura. O documento informa que há 917 nomes com erros cadastrais, sendo a principal falha o cadastro de trabalhadores da saúde acima de 60 anos como idosos. Isso aconteceu porque segundo o relatório, os profissionais da Vigilância Epidemiológica entenderam que deveriam cadastrar essas pessoas no mesmo protocolo da imunização contra a influenza já que "no início da vacinação não havia critérios para o registro das doses aplicadas". Das pessoas que foram imunizadas com a sobra técnica (também chamada de xepa), constatou-se descumprimento à



determinação do Senhor Secretário, que carecem ainda de maiores esclarecimentos. Foram encontrados, também, erros de digitação e interpretação da lista, como exemplo, o cadastramento dos profissionais de saúde como profissionais da educação.

Ficou decidido pela Frente Parlamentar que o relatório será utilizado como uma ferramenta para a auditoria própria realizada pela Câmara, que será independente da realizada pelo Poder Executivo.

2.11 FRENTE CONTRA COVID DA CÂMARA TIRA DÚVIDAS COM AUDITORIA DA PREFEITURA

A Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Coronavírus da Câmara Municipal de Franca se reuniu com representantes da auditoria da Prefeitura na tarde do dia 12 de maio de 2021, para fazer questionamentos sobre como o processo estava sendo realizado. Compareceram os vereadores Carlinho Petrópolis Farmácia (PL), o vice-presidente da comissão; e os membros Gilson Pelizaro (PT) e Lurdinha Granzotte (PSL) além de funcionários da Casa. A Casa de Leis francana conta com uma equipe técnica de servidores que está apurando as incongruências na vacinação contra a covid-19 de forma independente à sindicância do Poder Executivo.

As dúvidas foram sanadas por Ana Flávia Oliveira e Jéssica Fernandes, servidoras da Prefeitura e integrantes da sindicância municipal. As duas puderam elucidar muitos aspectos do procedimento de vacinação. Por exemplo, os imunizantes são entregues ao município pelo DRS (Departamento Regional de Saúde), o qual já estipula quantas doses deverão ser destinadas a cada faixa etária.

Quanto às vacinações nos drive thrus, inicialmente o cadastro estava sendo manual, com os dados sendo inseridos posteriormente no sistema. Agora o processo já se tornou informatizado, mas como o sistema do estado é instável, o preenchimento a mão ainda ocorre eventualmente.

As auditoras informaram ainda que, para maiores esclarecimentos quanto aos supostos "fura-filas", a sindicância realizou uma análise minuciosa da lista e lançou mão de trabalho de campo, que incluiu telefonemas e até visitas pessoais aos vacinados.



Já a investigação municipal sobre a sobra técnica (também chamada de xepa) ainda está em andamento, mas foi informado à Câmara que as sobras só passaram a ocorrer em fevereiro, quando as ampolas deixaram de conter uma única dose. E foi só nesse mês que começou o cadastramento para receber as vacinas sobressalentes.

Ana Flávia e Jéssica complementaram que todos os menores de idade que receberam as doses em Franca são funcionários da saúde e que a bula da vacina não proíbe a imunização de quem tem menos de 18 anos – ela apenas não recomenda. Ao final da reunião, as duas se prontificaram a encaminhar documentações requisitadas pela Câmara de que elas não dispunham naquele momento.

O presidente da frente, o vereador Donizete da Farmácia (MDB), informou que não pôde comparecer por estar em viagem oficial a Brasília (DF), juntamente com outro parlamentar da comissão, Marcelo Tidy (DEM). Donizete convocou Caio Carvalho, ex-chefe da Vigilância Sanitária, e Cleber Benedito, ex-responsável pela Vigilância Epidemiológica, para prestarem depoimentos à frente.

2.12 DEPOIMENTO DE CAIO CARVALHO, EX-CHEFE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, E CLEBER BENEDITO, EX-RESPONSÁVEL PELA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

No dia 17 de maio de 2021, os Srs. Caio Carvalho, ex-chefe da Vigilância Sanitária, e Cleber Benedito, ex-responsável pela Vigilância Epidemiológica prestaram esclarecimentos à frente parlamentar. Compareceram os vereadores Donizete da Farmácia (MDB), presidente da comissão; e os membros Gilson Pelizaro (PT), Marcelo Tidy (DEM) e Lurdinha Granzotte (PSL), além de funcionários da Casa de Leis.

As duas oitivas foram tomadas separadamente. O depoimento teve início com os esclarecimentos do Sr. Caio, que alegou desconhecer as etapas da vacinação, pois a Vigilância Sanitária cuida da logística da campanha de vacinação.

Caio explicou sobre o fluxo de chegada e distribuição das vacinas na cidade de Franca-SP, sendo que as vacinas entregues pelo



estado chegam à DRS, e esta as encaminha à Vigilância Epidemiologia Municipal. A seguir, o servidor Cleber Benedito, ex-responsável pela Vigilância Epidemiológica, encaminhava as doses para os postos de vacinação entregando para as enfermeiras responsáveis. Continuou relatando que, o que sobravam das vacinas eram devolvidas para a Vigilância Epidemiológica. Geralmente, nas Unidades Básicas de Saúde não sobravam vacinas.

Caio disse que o cadastramento/registro dos vacinados quem realiza é a Unidade Básica de Saúde e que não possuíam protocolo, então eles adotaram o mesmo utilizado na vacinação contra H1N1. Disse não saber de onde surgiu a ideia de utilizar o protocolo da vacinação do H1N1 para Covid-19.

Quanto à utilização da sobra técnica, Caio disse não saber se houve descumprimento quanto às determinações do secretário de Saúde, já que não falou diretamente com este. Mas foi taxativo quanto a orientação da norma técnica de que não poderiam desperdiçar doses do imunizante, inclusive, segundo orientação do Grupo de Vigilância Epidemiológica (GVE) a xepa poderia ser destinada para qualquer grupo prioritário.

Foi confirmado pelo Sr. Caio que foram vacinados familiares de funcionário da vigilância com as "xepas" (sobras técnicas), inclusive, pai e mãe deste, que segundo ele ambos tinham 64 anos e apresentavam comorbidades, e, na época dos fatos, a campanha de vacinação contra COVID-19 estava ocorrendo com a faixa etária de 65 anos, dessa maneira a vacinação dos seus pais foi antecipada em uma semana. Caio justificou a vacinação antecipada de seus pais, dizendo que foi informado que as vacinas estavam sobrando e que precisavam de pessoas para que as doses não fossem descartadas.

Segundo Caio, a sobra técnica deveria ser destinada para profissionais da saúde, contudo os funcionários da vigilância ligavam para estes receberem as vacinas, mas a dificuldade em localizá-los era grande, muitos não atendiam o telefone, outros estavam de férias, havia casos em que os profissionais estavam trabalhando e não poderiam se ausentar do serviço naquele horário, casos em que os profissionais se



negavam porque não queriam tomar a sobra e nem a vacina que estava sendo ofertada.

Prosseguindo, acrescentou que a demanda era muito grande e eles não dariam conta para seguir uma lista. Eles gastavam muito tempo com as ligações e não tinham funcionários suficientes para se dedicarem tempo exclusivo às ligações. Toda a faixa etária foi vacinada, não faltou vacina para ninguém. Somente após esse fato que houve falta da segunda dose para faixa etária de 68 anos.

O Sr. Caio disse que os responsáveis pelos folders que orientam o cronograma da vacinação é o pessoal da Comunicação. O cronograma vem pré-determinado da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Geralmente eles comunicavam em cima da hora quando seriam enviadas as doses e a faixa etária a ser vacinada. Sendo assim, os responsáveis por organizar a vacinação aqui em Franca, não tinham muito tempo para organizar, tinham que ser rápidos. Eles mandam as doses para COVID-19 baseados nos parâmetros da vacinação contra H1N1.

Relatou que foi solicitado aos hospitais da cidade uma lista contendo a relação de todos os profissionais da linha de frente. Receberam listas enormes, com mais de 2.000 nomes, ou seja, os hospitais colocavam todos os funcionários, sendo que a exigência era somente para os profissionais que trabalhavam diretamente no combate a pandemia por COVID-19. Depois foram obrigados a enxugar essas listas.

Caio mencionou que a xepa era liberada a partir das dezessete horas. Caio informou que são realizadas conferências de todas as doses enviadas para cada Unidade Básica de Saúde e Drive Thrus, e também são conferidas as perdas de doses e as sobras técnicas e que tudo está documentado.

Sobre sua demissão, ele afirmou que o prefeito Alexandre Ferreira (MDB) o exonerou porque ele estava à frente da Vigilância Sanitária e o chefe do Executivo queria dar uma resposta à população. "Ele exonerou a pessoa errada?", perguntou o membro da frente Marcelo Tidy, e Caio respondeu: "Acredito que sim".



Caio enfatizou que o Plano Nacional de Imunização determina que em hipótese alguma, não se pode descartar doses da vacina. Informou também que, a vacina Astrazeneca não tem mais sobras técnicas, pois as novas doses duram até 48 horas, já a Coronavac dura 8 horas, após a abertura do frasco.

Disse que a Vigilância Epidemiológica que detém o cronograma, eles têm o controle de todas as doses. Caio encerrou a oitiva dizendo que as investigações precisam ser feitas com imparcialidade, que os servidores trabalham incansavelmente há mais de um ano sem parar; que ninguém estava agindo de má-fé.

Finalizada a oitiva do Sr. Caio Carvalho, ex-chefe da Vigilância Sanitária, o Sr. Cleber Benedito, ex-responsável pela Vigilância Epidemiológica, foi convidado a iniciar o seu depoimento.

As informações prestadas por Cleber corroboraram as de Caio. O ex-chefe da Vigilância Epidemiológica esclareceu que, no dia 9 de março, quando sobraram 24 doses e estas estavam prestes a expirar, foi obrigado a vacinar familiares que já eram idosos. Ele inclusive informou que a responsável pela Vigilância Epidemiológica do DRS (Departamento Regional de Saúde) fez o mesmo com uma parente próxima, também idosa, mas ainda fora da faixa que estava sendo imunizada naquele momento. Na opinião de Cleber, o prefeito pode tê-los exonerado por estar incomodado com as implicações morais de seus responsáveis pela Vigilância terem vacinado parentes.

Benedito aproveitou para esclarecer como funciona a imunização em Franca. A Vigilância Epidemiológica armazena, distribui e controla o estoque das vacinas. O órgão passou a utilizar o protocolo de imunização da H1N1 (gripe suína) devido ao referente à covid-19 não ser abrangente - este não é claro sobre o que fazer com a sobra técnica, por exemplo. Além disso, o protocolo da H1N1 acabou gerando falhas na listagem de vacinados, como profissionais da saúde com mais de 60 anos sendo classificados como idosos.

Cleber dissentiu sobre declaração constante do relatório preliminar da sindicância da Prefeitura. Tal documento alega que "a



determinação do Senhor Secretário [de Saúde, Lucas Souza] para a destinação das sobras técnicas não foi cumprida pela Vigilância Epidemiológica". Para Cleber, o secretário teria solicitado a vacinação prioritária a profissionais de saúde, enquanto a orientação oficial da DRS era para aplicar as doses primeiramente em idosos. A indefinição sobre a questão, então, dificultou uma aplicação organizada da xepa. De acordo com ele, a Secretaria de Saúde já sabia das sobras das doses desde o dia 04 de fevereiro, mas nenhuma lista de espera oficial foi montada e divulgada à população.

Cleber acrescentou que eles preconizaram que a sobra poderia ser destinada a qualquer pessoa do grupo prioritário, idosos, profissionais da saúde da linha de frente e pessoas com comorbidades (que está no documento técnico desde o começo), caso esgotado todos as possibilidades de vacinar as pessoas listadas acima, a ordem seria para vacinar qualquer pessoa, que não era para perder dose.

Cleber foi indagado sobre qual a sua participação no processo de vacinação da cidade, respondendo que a vacinação não é coordenada somente pela Vigilância Epidemiológica, mas sim, em conjunto pela atenção básica e Vigilância Epidemiológica. A Vigilância Epidemiológica faz a guarda da vacina e a controla, distribuindo as doses semanalmente. A aplicação e execução são feitas nas unidades.

Cleber alegou dificuldade para encontrar as pessoas que deveriam receber a sobra técnica, já que não tinham estrutura para ligar, estavam com menos funcionários, problemas com e-mail e telefone, funcionários em férias, etc.

No dia treze de março, houve uma conversa entre Vanda e Cleber (Cleber apresentou os áudios da conversa na nesta reunião). Ficou claro que a sobra técnica era para idosos e profissionais de saúde. Mas não era para perder dose. Sem mais para ser dito Cléber encerrou seu depoimento.

Após as oitivas os membros da Frente Parlamentar consideraram as falas de Cléber e Caio bastante oportunas e proveitosas, as quais permitiram a abertura de novas linhas de investigação, conforme a fala de Gilson Pelizaro: "A partir de agora, temos que realizar novas rodadas de



entrevistas. Precisamos conversar com o secretário de Saúde Lucas Souza e os chefes responsáveis pela Atenção Básica [que também organizaram a campanha de vacinação]. Os ex-chefes da Vigilância justificam as imunizações de parentes porque estavam atendendo a determinação legal, mas checaremos a moralidade disso e se houve algum tipo de vantagem. Também entendemos que há uma divergência entre o relatório da sindicância e o relato dos ex-chefes da Vigilância. Vamos verificar se existem por escrito todas essas orientações e por que houve esse conflito de informações.”

2.13 REUNIÃO FRENTE PARLAMENTAR COVID-19 PARA DETERMINAR PRÓXIMAS LINHAS DE AÇÃO

No dia 20 de maio de 2021 a Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Coronavírus da Câmara Municipal de Franca realizou uma nova reunião para determinar as suas próximas linhas de ação, tendo em vista a situação crítica da pandemia na cidade. Estiveram presentes os vereadores Donizete da Farmácia (MDB), o presidente da comissão; Carlinho Petrópolis Farmácia (PL), o vice-presidente; e os membros Gilson Pelizaro (PT), Zezinho Cabeleireiro (PP) e Lurdinha Granzotte (PSL), além de funcionários da Casa de Leis.

Os parlamentares concordaram que a prioridade da frente deve ser lutar por mais leitos na cidade, tanto de enfermaria quanto de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo). Com essa meta em mente, eles encaminharam ofício ao governo estadual cobrando a criação de vagas adicionais e sugerindo a utilização do Hospital da Caridade do IMA (Instituto de Medicina do Além) como hospital de campanha no combate à covid-19.

Outro questionamento levantado na reunião foi a respeito das máscaras “full face”. A comissão apresentou o equipamento, que diminui a necessidade de intubação em 50% dos pacientes internados com covid-19, ao prefeito Alexandre Ferreira (MDB) mas até o presente momento a rede pública de saúde não aderiu ao tratamento.



A frente ainda deu continuidade no acompanhamento das falhas na vacinação municipal contra o coronavírus. O Vereador Donizete comentou as providências tomadas após o encontro deste dia: "Estamos procurando um caminho para amenizar essa falta de estrutura que estamos tendo em Franca, devido à grande procura por atendimento médico. Hoje temos pessoas sendo atendidas em cadeiras no Pronto-Socorro "Dr. Álvaro Azzuz", e, ao mesmo tempo, o Hospital da Caridade não está sendo aproveitado".

2.14 DEPOIMENTO DA ENFERMEIRA DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

A Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Coronavírus da Câmara Municipal de Franca realizou mais uma rodada de oitivas na manhã do dia 24 de maio. Dessa vez foi ouvida a enfermeira da Vigilância Epidemiológica, Marina Guedes de Freitas.

Marina iniciou sua explanação comentando não haver precedentes para uma pandemia como a da covid-19, e que os moldes da campanha de vacinação contra o vírus também nunca haviam sido vistos antes. Quanto ao protocolo do vírus, ele foi utilizado apenas para registrar os imunizados no sistema. A enfermeira, que não se declarou uma gestora da Vigilância, explicou que, para o órgão, cujo papel não era a aplicação das vacinas, a sobra técnica (também chamada de xepa) de vacinas direcionadas a idosos deveriam ser destinadas a idosos, tendo em vista que o estado enviava as vacinas considerando o grupo atual a ser vacinado, já com planejamento do número de doses que seriam enviadas para a segunda dose. Sendo assim, o uso da xepa para grupos diferentes do determinado, desorganizaria o processo de vacinação na segunda dose. Tudo isso deveria ser pensado e planejado, já que a imunização só é considerada realizada após o número de doses preconizado para cada imunizante. Ainda assim, a orientação era não desperdiçar nenhuma dose, conforme normas técnicas do estado.

Segundo ela, os idosos que receberam a xepa foram aqueles que demonstraram interesse, numa demanda espontânea, ligando ou indo diretamente à sede da Vigilância. Além desses, também se beneficiaram francanos com mais de 60 anos que estavam acamados e em penitenciárias. "Em último caso, quando não conseguiam realizar o contato e o imunizante



estava próximo a expirar, as pessoas de dentro [da Vigilância] indicavam indivíduos dentro da faixa etária para receber as vacinas. Perdemos algumas doses por não encontrar pessoas aptas a serem vacinadas”, explicou Marina, que admitiu ter imunizado dois parentes seus, avós de 87 e 86 anos, uma semana antes do cronograma municipal. As doses foram aplicadas por volta das 21h, pouco antes de perderem a validade.

A profissional se queixou da equipe reduzida do seu órgão, o que, de acordo com ela, impediu que fosse montada uma lista de espera oficial para a aplicação ordenada da xepa. “Desde o ano passado, a Vigilância Epidemiológica está sobrecarregada, trabalhando a rodo, funcionários com férias vencidas. Fazemos de tudo, desde os boletins da pandemia até as senhas para os drive-thrus, enfim, inúmeras funções”, informou.

2.15 DEPOIMENTO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE LUCAS SOUZA

No dia 24 de maio, no período da manhã, foi colhido pela Frente Parlamentar contra o Coronavírus da Câmara Municipal de Franca o depoimento do Secretário Municipal de Saúde, Lucas Souza, após a oitiva da enfermeira da Vigilância Epidemiológica, Marina Guedes de Freitas.

Compareceram os vereadores Donizete da Farmácia (MDB), o presidente da comissão; Carlinho Petrópolis Farmácia (PL), o vice-presidente; e os membros Gilson Pelizaro (PT), Marcelo Tidy (DEM), Lurdinha Granzotte (PSL) e Daniel Bassi (PSDB), além de funcionários da Casa de Leis.’

Lucas iniciou sua explanação relatando como se deu a vacinação contra a covid-19 desde o início. O primeiro grupo a receber as doses foi o de profissionais da saúde da linha de frente. Com o recebimento de doses adicionais, a aplicação foi estendida a todos os que trabalham nessa área. Durante a imunização de idosos, apareceram as primeiras sobras técnicas (também chamada de xepa), o que levou o secretário a tomar decisões sobre o que fazer com elas. “Era nítido que alguns



profissionais de saúde tinham ficado para trás. Se tem doses sobrando, eles precisam ser vacinados primeiro”, explicou.

Ainda, o Sr. Lucas passou tal recomendação ao então responsável pela Vigilância Epidemiológica, Cleber Benedito, durante reuniões e em mensagens por aplicativos de celular. Cleber teria aparentemente consentido, e informado Lucas, inclusive via ofício datado de 24 de abril, que os profissionais de saúde estavam sendo imunizados com a xepa. Contudo, a Vigilância estava aplicando doses em idosos também, contrariando as ordens do secretário sem o seu conhecimento. A decisão de Cleber teria levado, então, à vacinação de parentes de funcionários do órgão dentro dessa faixa etária. “Achava que apenas trabalhadores de saúde estavam sendo vacinados com as sobras, não sabia que estavam imunizando familiares”, alegou o secretário, que ainda não havia sido vacinado.

Durante o seu depoimento na semana passada, o ex-chefe da Vigilância Epidemiológica alegou que a orientação para vacinar idosos partiu da responsável pela Vigilância Epidemiológica do DRS (Departamento Regional de Saúde). Lucas rebateu a informação, ressaltando que era o superior de Cleber. Portanto, as suas ordens é que deveriam ter sido respeitadas.

Segundo Lucas, cabia à Vigilância fazer a triagem de nomes de profissionais de saúde encaminhados por hospitais. Alguns nomes não puderam ser contemplados naquele momento, pois se tratava de advogados e operadores de telemarketing dos centros de saúde. Ou seja, não eram trabalhadores da linha de frente. Também competia ao órgão a elaboração de uma lista de espera oficial para o recebimento da xepa, o que só foi feito neste mês, após a exoneração de Cleber e do responsável pela Vigilância Sanitária, Caio Carvalho. “A demissão deles partiu do prefeito Alexandre Ferreira para que a auditoria municipal pudesse obter documentos com mais facilidade e transparência”, disse Lucas.

Os vereadores também fizeram indagações ao Secretário Municipal acerca da falta de protocolos de segurança no Pronto-Socorro, como pessoas andando sem máscaras pelo local, e a possibilidade de o



Hospital da Caridade ser utilizado como hospital de campanha. Sobre o primeiro ponto, Lucas esclareceu que o Pronto-Socorro precisa atender todos que chegam. "Não podemos deixar ninguém morrer", alegou, acrescentando que iria corrigir eventuais falhas de segurança. A respeito do centro de saúde do IMA (Instituto de Medicina do Além), ele afirmou que faltam profissionais para fazer o Hospital funcionar, o que talvez exigiria a contratação de uma OS (Organização da Saúde). "A Prefeitura já tem um projeto em mãos, mas falta custeio", informou.

Por fim, Lucas afirmou que as máscaras de mergulho "full-face" ainda não estavam sendo utilizadas na rede municipal de saúde porque o tratamento necessita de fisioterapeutas, os quais ainda não haviam sido contratados. Os equipamentos diminuem a necessidade de intubação em 50% dos pacientes internados com covid-19. Donizete comentou a fala de Lucas: Depois das oitivas da semana passada, houve algumas informações que geraram dúvidas entre os vereadores, principalmente com relação à aplicação da xepa. Nós as tiramos com o secretário, que explicou que suas determinações não estavam sendo cumpridas.

2.16 FISCALIZAÇÃO PELA FRENTE PARLAMENTAR NO PRONTO-SOCORRO "DR. ÁLVARO AZZUZ"

No dia 07 de junho, os vereadores Gilson Pelizaro (PT) e Marcelo Tidy (DEM), membros da comissão, se deslocaram até o Pronto-Socorro Municipal "Dr. Álvaro Azzuz" para verificar como estaria o atendimento aos munícipes durante o período de "lockdown". Ambos estavam paramentados com todos os EPIs (equipamentos de proteção individual) necessários para evitar contaminações durante a visita.

No local, os parlamentares notaram uma pequena melhora com relação à situação caótica de algumas semanas atrás. Neste dia, havia 60 pessoas aguardando transferências para leito de enfermaria ou UTI (Unidade de Tratamento Intensivo), sendo que algumas delas estavam recebendo oxigênio em cadeiras. Outra constatação foi que a falta de profissionais impedia um melhor atendimento aos infectados pela covid-19.



Gilson e Tidy também se indignaram com a postura do governo estadual, que tem demorado muito para encaminhar os doentes para hospitais. Pelizaro apresentou ações que deveriam ser tomadas para solucionar o impasse:

Vamos representar junto ao Ministério Público a fim de que o estado de São Paulo agilize a regulação de leitos e não deixe as pessoas na situação como elas estão no Pronto-Socorro. A obrigação do governo estadual é abrir essas vagas para os pacientes serem atendidos com maior dignidade. Além disso, a estrutura do Pronto-Socorro precisa melhorar e passar a fornecer leitos adequados para todos.

2.17 DEPOIMENTO DAS TESTEMUNHAS: EX-ENFERMEIRO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E DA DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE

A Frente Parlamentar contra o Coronavírus da Câmara Municipal de Franca ouviu mais dois servidores da Prefeitura na manhã do dia 14 de junho: o ex-enfermeiro da Vigilância Epidemiológica, Fabrício Ribeiro de Campos, e a diretora do Departamento da Atenção Básica da Secretaria de Saúde, Leziane Isolina Vilela. Estavam presentes os vereadores Donizete da Farmácia (MDB), o presidente da comissão; e os membros Gilson Pelizaro (PT) e Lurdinha Granzotte (PSL), além de funcionários da Casa de Leis.

O primeiro depoimento colhido foi o de Fabrício. Ele explicou que o papel da Vigilância era o de traçar estratégias de vacinação contra a covid-19 e distribuir as doses recebidas. Indagado sobre a xepa (sobra de doses em frascos abertos, que precisam ser aplicadas em poucas horas antes de perderem a eficácia), Campos esclareceu que foram seguidas as notas técnicas do Ministério da Saúde, que preconizava a aplicação em idosos e profissionais da saúde e orientou a não descartar nenhuma dose. "Sou técnico, não sou parcial. Não houve privilégios", declarou.

Fabrício relatou uma demanda espontânea da população por vacinas através dos quatro ramais telefônicos da Vigilância. Os nomes dos interessados eram anotados e contatados se alguma dose extra retornasse



para o órgão municipal no final do dia. Muitas vezes, os munícipes não podiam se deslocar até a Vigilância naquele momento, o que causou imunizações de última hora, como as de parentes de servidores.

Fabrício revelou ter vacinado um guarda municipal que não era idoso ou profissional da saúde (mas cujas funções incluíam patrulhamentos nos prontos-socorros municipais) porque faltavam apenas cinco minutos para a aplicação de uma determinada dose. "Não tínhamos profissionais disponíveis para ficar só ligando para as pessoas da lista. Faltava pessoal na Vigilância. Era como trocar a roda com o carro andando", explicou. O enfermeiro contou ter vacinado familiares de servidores, mas esclareceu que nenhum parente seu foi imunizado.

Por fim, Campos informou que trabalhou na Vigilância até abril de 2021, quando foi transferido para o Pronto-Socorro Infantil, e que a Secretaria Municipal de Saúde sabia como a Vigilância estava aplicando as doses da xepa.

Atenção Básica

Em seguida, a diretora do Departamento da Atenção Básica, Leziane Vilela, informou para a Frente sobre o seu papel na vacinação municipal contra o novo coronavírus. O setor definia os postos de vacinação e os públicos a serem imunizados neles. Segundo seu depoimento, a orientação era que todas as UBSs (Unidades Básicas de Saúde) devolvessem a xepa para a Vigilância Epidemiológica, a qual ficaria responsável por sua utilização.

"Não tenho conhecimento de aplicação de sobra técnica nas unidades básicas. Elas se reportam muito à Vigilância quando há dúvidas sobre a vacinação", afirmou Leziane, contrariando depoimento da enfermeira Marina Freitas à comissão, que ficou sabendo de aplicações da xepa em UBSs.

Para a diretora, o ideal era seguir a documentação técnica à risca a fim de evitar problemas e tornar o processo de vacinação mais claro tanto para os servidores quanto para a população. Ela acrescentou



que não imunizou nenhum membro da sua própria família e que orientou o uso da sobra técnica em profissionais da saúde.

O presidente da Frente Parlamentar, Donizete da Farmácia, comentou a nova rodada de depoimentos:

“A nossa intenção desde o começo foi buscar informações para melhorar o atendimento. E hoje percebemos que há falta de pessoas para trabalhar na Vigilância Epidemiológica. É serviço demais e os servidores não estão dando conta. O prefeito Alexandre Ferreira (MDB) irá contratar 80 técnicos de enfermagem e 12 enfermeiros, e esperamos que alguns desses funcionários sejam destinados à Vigilância Epidemiológica. Em no máximo dez dias, todos os membros da Frente Parlamentar vão se reunir novamente para debater o que já chegou ao nosso conhecimento”.

3. ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR

Desde que foi instituída, em abril de 2021, os membros do grupo se reuniram em inúmeras oportunidades, discutindo assuntos diversos sobre o tema. Vários profissionais e autoridades participaram dos encontros.

Foram quatro meses de intenso trabalho compreendendo reuniões, requerimentos, convocações, audiências públicas e visitas técnicas realizadas pelos membros nos postos de vacinação, nas unidades básicas de saúde, nos hospitais e em outros locais conexos com as atividades voltadas ao controle da pandemia.

Durante o curso da atuação da Comissão, foram enviados ofícios que buscavam esclarecimentos e faziam recomendações ao Chefe do Poder Executivo, Secretário Municipal de Saúde e demais autoridades pertinentes.

No dia 28 de abril, foi enviado o Ofício Público nº 71/2021 ao Exmo. Prefeito Alexandre Ferreira, dando ciência do membro da Frente Parlamentar, Vereador Gilson Pelizaro, designado para acompanhar os trabalhos da sindicância, conforme §1º do artigo 1º do Decreto nº 11.252, de 27 de abril de 2021.



Em 05 de maio, foi enviado o Ofício Público nº 79/2021, ao Chefe do Executivo, Exmo. Sr. Alexandre Ferreira, sugerindo a intensificação das campanhas, bem como divulgação de informações relativas à covid-19.

No dia 10 de maio, oficiou-se o Exmo. Sr. Prefeito Alexandre Ferreira (Ofício Interno Frente Parlamentar 01/2021), convidando a equipe de auditoria da Covid-19 da Prefeitura de Franca para prestar informações sobre os procedimentos adotados na análise dos dados referentes à lista das pessoas vacinadas no município de Franca.

No dia 17 de maio, foi enviado o Ofício Interno da Frente Parlamentar nº 02/2021, solicitando o encaminhamento do cronograma oficial de vacinação realizado pela Prefeitura, para todos os grupos de vacinados.

Em 10 de junho de 2021, foi enviado o Ofício Interno da frente Parlamentar nº 06/2021, ao Exmo. Sr. Prefeito Alexandre Ferreira, convidando os servidores Fabrício Ribeiro de Campos e Leziane Isolina Vilela para prestarem informações sobre os procedimentos adotados na vacinação da população francana.

Atendendo ao Ofício nº 58/2021, de 16 de junho de 2021, referente ao Processo Administrativo nº 14.699/2021, esta Frente Parlamentar oficiou ao Departamento de Controle Interno, Corregedoria, Descumprimento Contratual e Ouvidoria da Prefeitura de Franca/SP, disponibilizando-a cópia dos depoimentos prestados pelos servidores Fabrício Ribeiro de Campos e Leziane Isolina Vilela.

4. CONCLUSÃO

Esta Frente Parlamentar, nos termos do artigo 102-A, do Regimento Interno desta Casa, apresenta o relatório conclusivo de suas atividades, iniciadas em abril do presente ano, as quais compreendiam acompanhar a atuação do Poder Executivo no enfrentamento da atual pandemia, propondo-se sugestões para adoção de políticas públicas, de forma transparente e democrática em toda sua participação.



O trabalho desenvolvido sobremaneira por esta Relatoria não visou promover uma investigação nos trabalhos desenvolvidos em âmbito da Secretaria de Saúde, relacionados ao campo temático da COVID, pois desde o início, o objetivo nunca foi efetuar apurações, já que exorbita da esfera legal de competência, podendo para tanto sofrer questionamentos judiciais, mas o elencado no marco jurídico regimental que era efetuar o acompanhamento da atuação estatal quanto às ações desenvolvidas, propondo-se ou sugerindo-se políticas públicas em tal sentido, através da atuação política coordenada de seus membros (art. 102-A). Um exemplo cristalino da ação da Frente foi a apresentação de uma sugestão quanto ao uso de máscaras de mergulho "full face" (rosto inteiro) para o combate à covid-19 no tratamento hospitalar, que poderia reduzir as internações médicas por intubação. Todos os membros da frente endossaram a ideia.

Vários tópicos foram analisados e todas as condutas adotadas foram embasadas nos princípios da transparência, legalidade, impessoalidade e moralidade, na tentativa de contribuir de forma pró-ativa com o Poder Legislativo, bem como prestar esclarecimentos à população francana, por ser assunto de interesse público e não somente interesse do público.

A Frente Parlamentar se reuniu para apresentar um relatório e fazer um balanço da atuação do grupo de trabalho. Durante a reunião conclusiva, os parlamentares integrantes do grupo de trabalho detalharam os assuntos tratados em cada um dos encontros da Frente.

Constatou-se, conforme depoimentos dos servidores da saúde, bem como do relatório da Controladoria Interna da Prefeitura, que não existia um sistema municipal de controle de doses, datas e demais dados pertinentes à campanha em questão, sendo utilizado para controle apenas o sistema "VACIVIDA" do Governo Estadual.

Ainda, a Vigilância Epidemiológica informou que no início da vacinação, não haviam critérios para o registro das doses aplicadas e, com isso, adotaram os critérios utilizados na campanha da vacinação da influenza, na qual pessoas acima de 60 anos eram cadastradas como idosos,



gerando inconsistência na lista dos vacinados. Diante dessa constatação, sugerimos que a Administração realize estudos para a criação de um sistema informatizado, padronizado, orientado por protocolo adequado, específico para a Covid-19.

Quanto à aplicação das sobras técnicas (xepa), será necessário apurar maiores detalhes pelos órgãos competentes, diante de incongruência de informações prestadas em alguns depoimentos. Vale ressaltar a relevância da adoção de critérios objetivos, os quais vinculam as condutas adotadas ao princípio da impessoalidade, como exemplo, a determinação constante da Resolução GabSecSaúde nº 08, de 27 de abril de 2021, a qual estabelece o cadastramento, através do site da prefeitura, dos interessados em receber doses da vacina provenientes de sobra técnica.

Diante das diversas situações pontuais levantadas no transcurso das atividades, como erros do sistema, ausência de critérios objetivos como protocolo, tanto para cadastro quanto para aplicação das sobras técnicas, fragilidade das vacinas, divergências nas oitivas, enfim, o advento inesperado da pandemia em si, essa frente remete o caso para apreciação dos órgãos competentes perquirirem quanto à existência ou não de condutas ilícitas e as penalidades devidas aos responsáveis.

Não obstante o desgaste gerado pela pandemia, a união de esforços, respeitando as medidas sanitárias propostas, bem como respeitando o próximo e todos os profissionais de saúde, que arriscam suas vidas para socorrer os doentes, vamos aprendendo a lidar com a doença da melhor forma possível e, certamente, alcançaremos medidas cada vez mais efetivas ao controle desta, servindo-nos de lição diante da possibilidade do surgimento de outras dificuldades como esta que estamos enfrentando.

Com a conclusão dos trabalhos encetados por esta Frente Parlamentar, pormenorizado por esta Relatoria, cópia dos autos e deste relatório serão remetidas ao Ministério Público, à Polícia Civil e à Administração Pública Municipal para conhecimento e providências, que julgarem pertinentes, visto que o Departamento de Controle Interno,



Corregedoria, Descumprimento Contratual e Ouvidoria da Prefeitura de Franca/SP já desenvolve, por ser fato público e notório, trabalho de cunho investigativo ou apuratório de eventuais responsabilidades a serem aplicadas no processo inicial de aplicabilidade das vacinas da COVID-19, no município de Franca.

Câmara Municipal de Franca,
18 de agosto de 2021.

DANIEL BASSI
Relator

DONIZETE DA FARMÁCIA
Presidente

CARLINHO PETRÓPOLIS
Vice-Presidente

GILSON PELIZARO
Membro da Frente

LURDINHA GRANZOTTE
Membro da Frente

MARCELO TIDY
Membro da Frente

ZEZINHO CABELEIREIRO
Membro da Frente